

## **Cultura material e usos do passado em estratégias de afirmação identitária: notas sobre a pesquisa arqueológica na Palestina<sup>1</sup>**

GABRIELLA BARBOSA RODRIGUES\*

Este *paper* pretende discutir como a prática da Arqueologia na Palestina, instrumentalizada pela ideia de herança de um passado distante, foi utilizada em diferentes contextos modernos para a constituição de identidades (imperiais, nacionais, religiosas). Para isso, propõe-se pensar o papel da cultura material na constituição de diferentes passados, utilizados ora para legitimar a formação de uma identidade cristã europeia, nos séculos XVIII e XIX, ou, mais recentemente, para fundamentar disputas territoriais na região.

A política tem sido parte do trabalho arqueológico desde as primeiras escavações (Orser, 2002:430), até mesmo antes da institucionalização da Arqueologia no mundo acadêmico. Entretanto, a relação entre a prática arqueológica e a política só se tornou um tema para a Arqueologia na década de 1980. Já desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a ideia de que a História como um ato de escrever seria uma construção narrativa e, como tal, passível de ser usada como uma ferramenta política (de Certeau, 2006) começou a ser intensamente discutida. Na abordagem dita pós-moderna, arqueólogos, antropólogos e historiadores passaram a admitir-se como sujeitos produtores de conhecimento acadêmico, e este, por sua vez, além de uma prática subjetiva veio a ser interpretado também como um ato político, independentemente do que possam dizer seus autores a esse respeito. (Ucko, 1995:1; Preucel; Hodder, 1999:520; Shanks, 2008:137).

Como afirmam Preucel e Hodder (1999:528-529), “[...] o passado não pode ser separado, divorciado do presente. O passado está aqui, o passado é presente. [...] O

---

<sup>1</sup> Este texto é uma versão do *paper* apresentado na seção sobre Arqueologia e Política da Conferência Internacional “Why does the Past matter? Changing Visions, Media, and Rationales in the 21st Century”, realizada em maio de 2011, na Universidade de Massachussets, campus Amherst, Estados Unidos.

\* Mestranda em História Cultural na UNICAMP, bolsista FAPESP.

passado é socialmente construído, e as formas como nós descrevemos aqui essa construção social também são, por sua vez, socialmente construídas”. E essas “[...] construções sociais de ambos, passado e presente, são maleáveis, flexíveis e abertas a diferentes interpretações e interesses” (Bond; Gilliam, 1994:5).

Desde então, como campo discursivo (Shanks, 2008:142), a Arqueologia Pós-Processual trouxe outros temas e preocupações, além de diferentes formas de interpretar questões já dadas como corriqueiras. De modo geral, a História positiva, homogênea, normativa e descritiva, livre de problemas, foi perdendo terreno, e o conflito veio à tona como noção central do trabalho do historiador. A forma como o passado foi usado para justificar políticas tais quais o nacionalismo, o racismo ou o sexismo tornou-se uma preocupação constante. Orser (2002:430), ao discutir a relação entre saber arqueológico e os povos indígenas nas Américas, afirma que “[...] a informação arqueológica poderia ser usada para promover agendas políticas, legitimar a História e oprimir ou silenciar [...]” esses povos. Tais preocupações tornaram necessária a revisão dos estudos acerca do passado, com intuito de repensar conceitos e modelos interpretativos tradicionais, construídos principalmente nos séculos XVIII, XIX, XX, na Europa e nos Estados Unidos – países que dominaram a produção do conhecimento sobre a Antiguidade em seu início.

Ao longo da História ocidental, a Antiguidade Clássica – seja o que se o entenda por isso – foi retomada, recriada, utilizada na constituição de identidades nacionais que evocavam sempre uma certa “herança” de um passado “nobre” e “glorioso”, capaz de justificar uma ascendência étnica legitimadora de regimes autocráticos e práticas colonizadoras.

Desde o surgimento dos Estados-Nação, na Europa dos séculos XVII e XVIII, o passado tornou-se “[...] como nunca antes um instrumento na retórica política”. Seu uso “[...] poderia demonstrar a objetividade de uma nação ao provar quando essa teria se originado e qual teria sido seu desenvolvimento histórico” (Díaz-Andreu 2002: 379).

Nos séculos XVII e XVIII, em especial, a oposição binária entre superioridade e inferioridade, os *civilizados* e os *bárbaros*, abonou-se nas leituras que se fazia, nessa época, dos textos “clássicos” gregos e romanos, segundo as quais o “bárbaro”, o outro, definia-se por não ser grego; os romanos vistos como os que levavam, através de práticas imperialistas, a tocha da “civilização clássica” aos “povos bárbaros”. Edward

Said, em sua obra *Orientalismo* (1978), critica como, especialmente após as Luzes, essa dicotomia definiu a visão europeia também do mundo oriental e esteve na base das justificativas das atividades científico-religiosas na Palestina, objeto de nosso estudo.

Se Grécia antiga e Roma clássica foram escolhidas como as raízes clássicas da civilização ocidental, a Palestina, ou melhor, a “Terra Santa” tornou-se a fonte espiritual (Silberman 1982, 1989:3; Díaz-Andreu 2007:132; Davis 2004:4). Entretanto, como a região esteve sob domínio turco-otomano até o fim da Primeira Guerra Mundial, a pesquisa científica foi utilizada por ocidentais como uma ferramenta, um pretexto, uma desculpa, ou ainda, de acordo com Silberman (1982:4), “[...] um meio sutil de o ocidente penetrar-se e competir em uma das regiões mais estratégicas do mundo”.

Durante o período tradicionalmente conhecido como Cruzadas, a Europa voltou seus olhos para a Palestina, principalmente graças a motivos de ordem religiosa, pelo fato de que o “berço da Cristandade” teria caído em mãos “infiéis”. Com o fim do domínio europeu na região, a Palestina deixou novamente de figurar entre o rol das prioridades dos reinos europeus. Depois desse período de relativo “desinteresse”, teria voltado a Palestina, segundo os estudiosos (Bem-Arieh, 1978; Silberman, 1982), a chamar a atenção da Europa, somente depois da Batalha de Acre, em 1799, quando os ingleses impediram a tentativa napoleônica de conquistar o território. A volta dessa região do mundo ao “teatro” de guerra europeu evidenciou o paradoxo de que se sabia tão pouco sobre uma região teoricamente tão familiar como a das “terras da Bíblia”. Incitadas a curiosidade e a *vontade de saber* dos ocidentais, iniciou-se, então, uma nova “invasão” da região, agora sob o pretexto do cientificismo.

De acordo com Revilla (2002:59), “[...] o estopim dos Estudos Orientais [...] é paralelo à penetração política dos estados europeus no Oriente Próximo. A coincidência entre interesse científico e atividade política era uma constante para os pioneiros [...]”.

Graças ao apelo religioso suscitado pela região, entre os pioneiros havia grupos de religiosos, especialmente missionários, e também aventureiros, embora a grande maioria fosse composta por militares. Nesse período, uma grande quantidade de expedições foi promovida na Palestina, das quais resultou uma série de mapas científicos que, além de localizar sítios bíblicos, permitiram o estudo do terreno e de seu potencial mineral, do estilo de vida dos moradores locais e, ainda, investigar a possibilidade de novas rotas comerciais ligando o ocidente ao oriente.

A influência política das potências européias na Palestina cresceu tão rapidamente que, antes mesmo do fim dos anos 1850, a Grã Bretanha, a Prússia, a Áustria, a Espanha e os Estados Unidos, já tinham instalado consulados permanentes em Jerusalém. Diversas sociedades de pesquisa foram fundadas na Europa e, mais tarde, também em Jerusalém, e funcionavam como entrepostos científicos. As controvérsias entre a Europa e o Império Turco-Otomano, além da competição entre essas mesmas potências européias por mais influência sobre os territórios daquele Império à época quase morto, levaram a transformações contínuas no modo de vida local, aproximando-o do estilo de vida comum na Europa do período. Tais controvérsias, porém, também levaram a verdadeiras disputas e até a guerras, como é o caso da Guerra da Crimeia, iniciada por um conflito na Igreja da Natividade, em Belém, entre os ortodoxos, apoiados pelos russos, e os católicos franceses.

A nascente disciplina da arqueologia possibilitou: i) a identificação de sítios bíblicos – independentemente de quão acurada, forçada ou manipulada pudesse ser a correspondência entre a área estudada e o relato bíblico; ii) a redescoberta da “Terra Santa”, àquela época sob domínio turco-otomano – ou, para os olhos europeus, o mesmo que “infel”; iii) o uso, por fim, desses saberes com intuito de comprovar algumas “verdades religiosas”, questionadas antes pelo Iluminismo e, mais tarde, por Darwin. Por meio da cultura material, eles poderiam resgatar suas origens religiosas e reivindicar o direito a proteger seus lugares santos. A fim de promover essa conexão com o passado da região, “reliquias” da “Terra Santa”, por meio da coleta sistemática, eram levadas para a Europa, para serem expostas em museus, num momento em que as grandes coleções nacionais estavam sendo estabelecidas, na onda da expansão colonial ocidental (Tilley, 2006:2).

Esse mesmo mecanismo nunca desapareceu no caso dessa região. Atualmente, a Arqueologia continua a ser usada lá de modo semelhante nos conflitos políticos. Depois de 1948, o então recém criado Estado de Israel procurou controlar as escavações em seu território. De acordo com Abu el-Haj (1998; 2001), logo após a Guerra dos Seis Dias, assim que o governo israelense tomou o Monte do Templo, na Cidade Velha de Jerusalém, começou-se a escavar a área, a fim de comprovar que os primeiros habitantes daquela região teria sido o mesmo povo judaico, de quem os judeus habitantes do atual

Estado de Israel seriam, numa suposta linha de continuidade histórica, os herdeiros diretos.

Por outro lado, também os palestinos têm usado, mais precisamente, desde 1994, com a criação do Departamento Palestino de Antiguidades e Patrimônio Cultural, a arqueologia a serviço de seus anseios nacionalistas. Esse mecanismo, presente em ambos os lados, representa ainda hoje, no entanto, um problema real para o desenvolvimento da arqueologia na região da Palestina. Quem tem mais direito à terra? Quem são os verdadeiros herdeiros da Palestina? O passado ou a cultura material podem ser usados para provar que um lado está certo e o outro errado? E o que os arqueólogos devem fazer? Como arqueólogos estrangeiros devem proceder quando trabalham na região? Questões como essas continuam na ordem do dia e sem ainda o devido tratamento.

Perguntas e problemas como esses advêm do simples fato de que “arqueologia”, na Palestina, não significa o mesmo que em outras partes do mundo. De acordo com Sharon (2008:920), “considerando sua área estreita, é bem possível que Israel seja o território mais escavado no mundo, e a *Biblical Archaeologist Review* reivindica o *status* de ser, de longe, a revista de Arqueologia mais lida”. Anualmente, milhares de voluntários estrangeiros pagam para trabalhar por horas sob o sol israelense. É possível dizer que muitos o fazem não só por amor à ciência tampouco por um dia de aventuras *à la* Indiana Jones. O que atrairia muitos deles seria a chance de contribuir para o resgate de relíquias e artefatos que poderiam ajudar a compreender como teria sido a vida nos tempos bíblicos.

Significa dizer, em outras palavras, que a “invasão” continua, de uma forma ou de outra. Pode-se afirmar, ainda, que a herança religiosa ou a busca por raízes – entendendo aqui as raízes cristãs – continua sendo o pano de fundo. Além disso, outras questões vieram à tona desde que os cristãos (ocidentais), especialmente após o Holocausto, passaram a identificar-se cada vez mais com os judeus, por conta da suposta conexão bíblica entre eles e, também, pela proximidade do estilo de vida “ocidental” compartilhado. Na Jerusalém dos dias de hoje, é possível apontar situações de conflito decorrentes dessa diferença polarizada entre esses dois estilos de vida. De tal polarização, muito particular dessa região de conflito exacerbado, emerge uma oposição entre palestinos e judeus, na qual esses últimos ocupariam o lugar de um suposto *nós* ocidental, moderno,

progressista, tecnológico, democrático, cosmopolita diante de um *outro*, atrasado, retrógrado, arcaico, despótico e provinciano.

Seria por conta dessa identificação que, grandes potências ocidentais, são capazes de aceitar mais facilmente – ou até de esposar o argumento – quando o Estado de Israel usa de vestígios arqueológicos para justificar os direitos sobre um território que eles dizem possuir desde tempos imemoráveis? Podem as construções do passado judaico ser mais aceitáveis porque, no fim, elas seriam, de certa forma, *nossas*? Porque elas estabeleceriam a antiguidade do mundo cristão-ocidental?

Ao analisar os *usos do passado* como estratégia de afirmação identitária, cabe ressaltar seus aspectos positivos, na medida em que uma arqueologia eticamente inspirada pode contribuir “[...] para um orgulho justificável numa determinada tradição cultural e estimular a pesquisa sobre o desenvolvimento dessa tradição no passado” (Kohl; Fawcett, 2000; Trigger, 2000). Por outro lado, enfatizar os conflitos, os problemas que podem emergir de estratégias que associam determinadas tradições a conceitos de superioridade racial ou cultural e fundamentam agendas políticas questionáveis, mostra-se cada vez mais urgente.

Repensar o papel da cultura material e considerá-la “[...] evidência independente e capaz de produzir discursos próprios acerca do passado clássico” (Silva, 2007), abre novas possibilidades de confrontar as interpretações tradicionais marcadas, dado que todas as visões sobre o passado têm seus “grounds and limitations” (Shanks e Tilley, 1992: *passim*).

Dessa forma, ao ponderar os diferentes *usos do passado*, procura-se afirmar o caráter arbitrário da constituição das identidades e analisar o papel desses passados na caracterização dessas identidades como algo unitário, uniforme, estático. A mesma cultura material usada como argumento que, fundamentado no cientificismo, procura afirmar a unidade e a continuidade (ou seja, a unidade temporal) de uma identidade, pode ser lida – como mostra o estudo da prática arqueológica na Palestina – ao contrário, para afirmar o fragmentário, as rupturas e descontinuidades.

### Agradecimentos:

Agradeço ao apoio institucional da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), da Universidade de Heidelberg, aos professores Pedro Paulo Funari (UNICAMP), Glaydson José da Silva (UNIFESP), Manfred Oeming (Heidelberg), Neil Silberman (UMASS), Israel Finkelstein (Tel-Aviv) e a Renato Pinto, Natália Campos e Luciano Pinto. A responsabilidade pelas ideias, no entanto, restringe-se à autora do texto.

### Referências:

Abu el-Haj, N. (1998). Translating Truths: nationalism, the practice of archaeology, and the remaking of past and present in contemporary Jerusalem. *American Ethnologist*, 25 (2), págs. 166-188.

Abu el-Haj, N. (2001). *Facts on the Ground: Archaeological practice and territorial self-fashioning in Israeli-society*. Chicago: University of Chicago Press.

Ben-Arieh, Y. (1979). *The rediscovery of the Holy Land in the nineteenth century*. Jerusalem: Magnes Press.

Bond, G. & Gilliam, A. (ed.) (1994) *Social Construction of the Past, Representation as power*. Londres, Routledge.

Davis, T. W. (2004). *Shifting Sands: the Rise and Fall of Biblical Archaeology*. Oxford: OUP.

de Certeau, M. (2006). *A escrita da História* (2ª ed.). (M. d. Menezes, Trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Díaz-Andreu, M. (2007). *A World history of Nineteenth-Century Archaeology: Nationalism, Colonialism, and the Past*. Oxford: OUP.

Díaz-Andreu, M. (2002). Nationalism. In C. Orser, *Encyclopedia of Historical Archaeology*. London and New York: Routledge.

Finkelstein, I. (1996). "Ethnicity and Origin of the Iron I Settlers in the Highlands of Canaan: Can the Real Israel Stand Up?" *BA* 59.4: 198–212.

Finkelstein, I.; Mazar, A.; Schmidt. (2007). *The Quest for the historical Israel: debating Archaeology and the History of Early Israel*. Atlanta: Society of Biblical Literature.

Finkelstein, I.; Silberman, N.A. (2001). *The Bible Unearthed: Archaeology's New Vision of Ancient Israel and the Origin of Its Sacred Texts*. New York: Simon and Schuster.

Fritz, V. (1985). *Einführung in die biblische Archäologie*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

- Funari, P.P.A. (1995) Mixed Features of Archaeological Theory in Brazil. In Ucko (ed), *Theory in Archaeology, a World perspective*, Londres, Routledge, 236-250
- Goren, H. (2002). "Sacred, but Not Surveyed: Nineteenth-Century Surveys of Palestine" *Imago Mundi*, 54, pp. 87-110.
- Jones, S. (1997) *The Archaeology of Ethnicity, Constructing identities in the past and present*. Londres, Routledge.
- Mazar, A. (1992). *Archaeology of the Land of the Bible*. The Anchor Bible Reference Library. New York: Doubleday.
- Orser, C. (2002). Archaeology and Politics. In C. Orser, *Encyclopedia of Historical Archaeology*. London and New York: Routledge.
- Revilla. (2002). Biblical Archaeology. In C. Orser Jr., *Encyclopedia of Historical Archaeology*. London and New York: Routledge.
- Shanks, M., & Tilley, C. (1992). *Re-Constructing Archaeology*. London and New York: Routledge.
- Sharon, I. (2008). Biblical Archaeology. In D. Pearsall, *Encyclopedia of Archaeology*, pp. 920-924. Elsevier.
- Silberman, N. A. (1989). *Between Past and Present: Archaeology, Ideology, and Nationalism in the Middle East*. New York: Henry Holt.
- Silberman, N. A. (1982). *Digging for God and Country: Exploration, Archaeology, and the Secret Struggle for the Holy Land*. New York: Alfred A. Knopf.
- Silberman, N. A. (2000) „Promised Lands and Chosen People: the politics and poetics of archaeological narratives in Nationalism, politics and the practice of archaeology. ed. Kohl, P.L and Fawcett, C. Cambridge, CUP, 249-62 [1995].
- Silva, G. J. (2007). *História Antiga e usos do passado*. São Paulo: Annablume.
- Tilley, C. (2006). Theoretical Perspectives: Introduction. In C. e. Tilley, *Handbook of Material Culture* (págs. 7-12). London: SAGE.
- Ucko, P. (1995). Introduction: Archaeological Interpretation in a world context. En P. Ucko, *Theory in Archaeology: A world perspective* (págs. 1-28). London and New York: Routledge.